

EDITORIAL

A Revista da Faculdade de Direito da UFC é uma revista acadêmica de publicação em formato eletrônico (ISSN: 2317-2940), com periodicidade semestral. A primeira revista foi publicada em 1938, o que a torna o periódico acadêmico-científico mais antigo do Estado do Ceará. Em cada publicação são trazidos novos artigos de pesquisadores nacionais e estrangeiros da seara do Direito, promovendo uma interdisciplinaridade jurídica. Na presente edição, 2021.2, a Revista da Faculdade de Direito da UFC, segue o padrão de excelência estabelecido desde sua origem. Igualmente, como nas demais edições reitera o compromisso de democratizar o conhecimento, por ser uma revista de acesso público, gratuito e imediato. Como consta nas edições anteriores, mantém-se o mesmo padrão dos trabalhos científicos publicados, e ante uma rigorosa avaliação dos artigos à luz do critério da revisão por pares por intermédio do método *Double Blind Review*, pois cada trabalho é avaliado por dois pareceristas especialistas na área com elevada titulação acadêmica. Por meio do sistema referenciado, os arquivos são avaliados sem a identificação de autoria, assegurando uma análise técnica, imparcial e isonômica. Nesta edição, tem-se sete artigos, sendo o primeiro com os contributos do Professor Doutor **William Paiva Marques Júnior** e de **Felipe Caetano da Cunha**, aluno da Faculdade de Direito, da UFC, com o artigo intitulado: “DE EIRELI À SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal: O RECONHECIMENTO DA FIGURA DA SOCIEDADE LIMITADA INDIVIDUAL NO DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO”, o qual faz uma análise sobre a criação das Sociedades Limitadas Unipessoais, a partir de sua evolução ao longo da história até sua constituição no Direito Contemporâneo, apresentando diferenças e semelhanças entre as Sociedades Unipessoais e os denominados Empresários Individuais. O segundo artigo de **Breno Vince Freitas Costa Araújo**, Bacharel *Magna Cum Laude* em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Pós-graduado em Direito do Trabalho e Direito previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Advogado no escritório Breno Vince Advocacia, intitulado: “DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA EM CASO DE RECUSA DA VACINAÇÃO PARA A COVID-19: UM EMBATE ENTRE TESES ANTAGÔNICAS”, em que discute sobre a resistência da população brasileira acerca da vacinação contra a COVID-19, sua obrigatoriedade e decisões judiciais sobre a possibilidade de demissão por justa-causa em caso de não comprovação

da vacinação, por meio de argumentos que sustentam as teses antagônicas sobre a discussão. O terceiro artigo intitulado REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS ECONÔMICO E SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO ‘A GLOBALIZAÇÃO DO LADO DE CÁ’, de autoria da Professora **Fernanda Cláudia Araújo da Silva**, professora da Faculdade de Direito da UFC, em que faz uma análise sobre o documentário “A globalização do lado de cá” e os reflexos sobre a globalização e suas interpretações a partir da análise de Milton Santos, que traz uma visão crítica, e identifica o denominado movimento do ‘globalitarismo’, sobre impactos sociais e econômicos e sua repercussão na América Latina. A autora faz uma análise sobre o Consenso de Washington, criticado no documentário. A análise fílmica crítica que faz, estabelecendo ainda um estudo interpretativo do entendimento de Milton Santos. O quarto artigo, de autoria da Procuradora Federal, especialista em Direito e Economia e Mestre em Direito dos Negócios e da Empresa, **Claudine Costa Smolenaars** e de **Thaís Leal Vieira Gonçalves**, mestranda em Direito dos Negócios e da Empresa, intitulado: A TARDIA RESPONSABILIDADE CIVIL NA DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA E A REGULAÇÃO ESTATAL PARA SISTEMAS DE GOVERNANÇA E COMPLIANCE, em que se discute sobre os sistemas algoritmos na vida das pessoas e os efeitos danosos, especialmente quando produzem ou incentivam a discriminação, sem a respectiva reparação. Além disso, demonstram-se sobre a necessidade de regulação estatal, sobre os efeitos dos algoritmos, e os impactos na realidade. As pesquisadoras **Bruna Caroline de Souza Severino** e **Nikaelly Lopes de Freitas** trazem o quinto artigo intitulado: NECROPOLÍTICA: ESTADO DE EXCEÇÃO NAS COMUNIDADES E SUA REPERCUSSÃO JURÍDICA NO SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS, que analisa o conceito de necropolítica e estado de exceção no interior das comunidades brasileiras para se analisar a violência empregada pelos agentes de segurança pública no âmbito de operações policiais, caracterizando violações aos direitos humanos, inclusive, no que diz respeito ao direito à vida por parte do Estado. O sexto trabalho, O “TESTAMENTO VITAL” COMO UM DIREITO DA PERSONALIDADE: O RESPEITO À AUTONOMIA DA VONTADE NAS DIRETIVAS ANTECIPADAS, de autoria dos pesquisadores **Ana Luisa de Vasconcelos Cintra** e **Álisson José Maia Melo**, aborda acerca da necessidade de o direito privado ser interpretado à luz dos princípios constitucionais, com

ênfase ao primado da dignidade da pessoa humana, analisado sob o Código de 2002, mediante a inserção nessa nova legislação de dispositivos relativos a direitos da personalidade. E, no cenário a temática evolui para se discutir sobre o direito à morte digna, trazendo como fundamento a autonomia da vontade. O sétimo e último artigo dessa edição da revista, intitulado: A desvinculação de receitas da união e o novo regime fiscal - Caracterização e impacto na implementação dos direitos sociais, de autoria dos pesquisadores **Carla Abrantkoski Rister** e **Gustavo Assed Ferreira**, que traçam um panorama sobre as motivações que levaram à criação do mecanismo de Desvinculação de Receitas da União e do Novo Regime Fiscal, e os impactos na esfera dos direitos sociais, sob a ótica qualitativa do texto constitucional, indicando o crescimento desenfreado das despesas públicas, onde se deveria analisar a opção política em equilibrar os gastos estatais pela via da redução da participação no orçamento público federal das despesas para implementação dos direitos sociais. A presente edição é publicada com o propósito de que as pesquisas contribuam para a academia do Direito.

Agradecemos pelos esforços dos Professores Doutores **José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque**, Reitor da Universidade Federal do Ceará, **Dr. William Paiva Marques Júnior**, Editor-Chefe da Revista da Faculdade de Direito da UFC e do **Dr. Álisson José Maia Melo**, Editor-Colaborador da Revista da Faculdade de Direito da UFC, na manutenção e difusão do presente periódico, além da Professora **Fernanda Cláudia Araújo da Silva**, avaliadora e integrante do Conselho Editorial, comprometida com o periódico, bem como os demais colaboradores pelo interesse e disponibilidade na confecção desta edição. Sem tais esforços referenciados, a Revista não manteria sua tradição e excelência.

Desejamos excelentes leituras e instigantes reflexões para a suplantação dos problemas ora vivenciados pela humanidade.

Professora Ma. Fernanda Cláudia Araújo da Silva*
Subeditora-Chefe da Revista da Faculdade de Direito da UFC

* Mestre em Direito pela UFC e doutoranda em Direito pela Universidade de Lisboa. Professora do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito, da Universidade Federal do Ceará. E-mail: f.c.araujo@hotmail.com.